

LOBO, Lília Ferreira

**Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**

Rio de Janeiro: Lamparina, 2008

Por: Aline Deus da Silva Leite<sup>1</sup>

**Os infames da história**, que finalmente chega às prateleiras das livrarias, é fruto da pesquisa de doutoramento em Psicologia da autora Lília Lobo. Embora a tese tenha sido defendida na PUC-Rio em 1997, só recentemente transformou-se em livro, para a alegria de tantos que, justamente por conhecerem a riqueza contida neste trabalho, há muito já apontavam para a importância dele se tornar mais acessível ao grande público, estendendo-se para além dos muros da Academia.

Como o próprio título aponta, o livro trata daqueles tantos brasileiros cujas existências foram -e por que não dizer que ainda são?- consideradas infames ao longo da história do nosso país. São pobres, negros, escravos, degenerados, viciosos, idiotas, alienados, loucos, monstros, doentes, inúteis, surdos-mudos, enfim, pessoas que nunca realizaram algo considerado importante ou grandioso e que facilmente seriam esquecidas caso suas histórias não tivessem sobrevivido aos "maus-tratos" a que é submetida boa parte dos acervos públicos de onde se é possível resgatar as memórias do Brasil. O fato é que foi justamente a afirmação da diferença e da anormalidade que encarnavam estes "infames" -marginalizados, indesejados, por vezes considerados (potencialmente) perigosos ou mesmo fardos sociais que impediam o progresso da nação- que possibilitou a emergência de um discurso dominante, o qual exerceu um controle sobre eles.

Lília Lobo convida-nos a um passeio pela história do Brasil, do descobrimento à República, em um vai e vem que atravessa os séculos em busca de desvendar os caminhos que levaram à construção da categoria deficiência no Brasil. Trata-se de uma história não linear e não cronológica que, por entre

---

<sup>1</sup> Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio.



estradas sinuosas e atalhos, vai desvelando para nós as lógicas e os jogos de poder que estão por trás e que sustentam tanto os discursos quanto as práticas que se aplicam sobre aqueles que são os excluídos de hoje.

A perspectiva teórico-metodológica que conduz as análises perpetradas pela autora neste livro, a propósito, é a genealógica, tendo como base a obra de Michel Foucault. Isso quer dizer que a deficiência é aqui examinada enquanto instituição, ou seja, que é socialmente construída e que a ela são atribuídos diferentes sentidos ao longo da história. O que não significa, como bem explica Lilia Lobo, "negar a existência das marcas do corpo, mas desnaturalizá-las em seu caráter tão arraigadamente biológico, como se (...) [a evidência de tais marcas] pudesse apagar os contextos muito particulares que as produziram como acontecimento e, pois, como produções de sentido" (p. 21).

O livro é composto por cinco capítulos nos quais, ao longo de mais de 400 páginas, a autora apresenta diferentes eixos de construção de padrões de normalidade.

No capítulo I, "Monstros e degenerados", é contada a história das monstruosidades, contemplando desde a visão do monstro humano como sendo fruto da ira ou da glória de Deus no século XVI até a compreensão que se passou a ter no século XIX desses monstros como exemplares inadaptados ou degenerados da espécie. Ocorre aí uma mudança de paradigma importante no que se refere aos sentidos atribuídos a esses monstros humanos: passa-se do campo das similitudes para o das representações, o que permite uma nova ordem de classificações. Ganha importância neste cenário a noção de hereditariedade que, até início do século XX amparava-se na teoria da herança dos caracteres adquiridos, a qual sustentava que modificações sofridas ao longo da vida poderiam ser transmitidas aos descendentes. Esta ideia de que as características tanto físicas quanto morais eram transmitidas à prole justificou a entrada dos discursos médico-pedagógicos nos redutos privados dos lares, no sentido de prevenir a proliferação dos "degenerados", vistos como anormais, a partir de um projeto de intervenção higiênica e moral.

O capítulo II, intitulado "Os tribunais: inquisição e eugenia", contempla a



existência de dois tribunais que se fizeram presentes na história brasileira. O primeiro deles foi o da Inquisição, que embora não tenha implantado uma sede na Colônia, fez algumas visitas ao Brasil, onde exerceu sua ação. Visava, sobretudo, ao controle do comportamento e à manutenção dos bons costumes por parte dos cristãos governantes desta terra, afastando-os dos perigos inerentes à convivência com os gentios, bem como com os ex-judeus que aqui habitavam. O segundo foi o que a autora chamou de "tribunal" da eugenia, o qual se voltava não contra os pecados, mas contra os perigos da degeneração da raça, expressos pela proliferação de "degenerados", cujos vícios tinham como causa e em sua base uma hereditariedade mórbida. Com o objetivo de garantir a salvação nacional, então, os médicos do século XIX deram início a uma "caça" aos degenerados, apropriando-se deles, classificando-os, e, sobretudo, regulando os hábitos e os costumes familiares, inclusive intervindo nas procriações, introduzindo aos poucos sua ação normalizadora. Tudo isso se justificava no intuito de proteger a nação do perigo social (efetivo ou potencial) que esses indivíduos representavam, imprimindo sobre eles um "juízo" que, antes de tudo, parecia ser moral, embora incidisse diretamente sobre seu corpo e seu comportamento.

"Corpo cativo e corpo assujeitado: as marcas da deficiência" é o título do terceiro capítulo, no qual nos é narrada a história do corpo. Esta abarca todo o período escravocrata no Brasil, passando pelas teorias que justificaram o racismo contra seres que, segundo os discursos da época, de tão infames que eram só precisavam de três Ps: pau, pão e pano. O corpo domesticado do escravo, docilizado pelo açoite, em muitos casos mutilado nas moendas ou queimado na casa das fornalhas dos engenhos de açúcar, tornava-se, mais do que descartável, impróprio e inapto a contribuir na tarefa civilizatória nas cidades proposta pela medicina social do século XIX, dada a degenerescência moral e física que constituía tal corpo. Incompatíveis com os ideais de modernização e higienização, considerados inúteis ao trabalho livre, aos estigmas de corpo descartável e de perigo social, já conferidos ao então ex-escravo, surge também a pecha de fardo social, um peso morto a ser carregado pela sociedade.



Os capítulos IV e V, respectivamente "A exclusão colonial" e "A inclusão institucional", apresentam os complexos processos de institucionalização, sendo esta tomada num duplo sentido: 1. no que se refere à apropriação dos anormais pelos discursos científicos que os constituíram, o que, a partir de classificações e separações, justificou novas formas de tratamento e controle sobre estes corpos; 2. em relação aos estabelecimentos especializados criados, os quais se constituíram como espaços de afirmação de saberes acerca desses seres sobre os quais os discursos médico-pedagógico-filantrópico vinham exercendo seu poder de dominação. Assim, os capítulos contemplam a caridade e a filantropia, com destaque às Santas Casas de Misericórdia nos séculos XVI e XVII, que rapidamente expandiram-se pelo território da Colônia em função da urgência de se exercer um controle sobre a população pobre, visto que tais instituições conjugavam funções pedagógicas, morais, religiosas, médicas, assistenciais e repressivas.

Os dois capítulos merecem destaque, ainda, no que diz respeito a como se deu a noção de infância enquanto instituição, bem como a apropriação, sobretudo da criança anormal, pelos discursos médico-pedagógicos, do que resultou na criação de instituições específicas a se debruçarem sobre elas, a saber, por exemplo: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-Mudos, ambos fundados em meados o século XIX, e o Pavilhão-Escola Bourneville para crianças anormais, criado em 1903 para fazer a separação entre crianças e adultos que antes se misturavam no Hospício Nacional.

Muitas são as histórias contadas neste livro: Brites Fernandes de Camaragibe, mentecapta e aleijada, morta pelo Tribunal da Inquisição no Brasil; Teresa de Cabinda, a rainha escrava do Engenho de Sebiró, que teve seus dois braços amputados em uma moenda de açúcar; o pescador surdo-mudo que mergulhava do penhasco de uma cachoeira do Rio Paraíba; o paciente negro do hospital da Misericórdia que apesar de sua doença não perdera a alegria; as jovens irmãs mudas que eram capazes de conversar sobre qualquer assunto de seu conhecimento através de uma linguagem de sinais criada por elas e que pareciam estar em pé de igualdade com os falantes; Ana Cabocla, a louca que maternalmente cuidava das crianças do



Pavilhão-Escola Bourneville para Crianças Anormais; o chofer Antônio Pereira de Oliveira, vulgo "Castanha Choca", oligofrênico que assassinou a punhaladas a "mundana" Maria Holanda; dentre tantas outras. Muito mais do que ilustrar os capítulos, tais histórias revelam muito de seu tempo porque, como diz a autora, não apenas representam o contexto de onde advieram, mas são inerentes a ele. A vivacidade com que somos transportados aos cenários e aos casos descritos por Lilia Lobo permite-nos apreender as lógicas que regiam as relações estabelecidas com estes personagens da vida real, bem como os sentidos a eles atribuídos, a partir do prisma da época.

O trabalho que ora nos é apresentado é fruto de intensa pesquisa na qual a autora mergulhou fundo no universo de teses, prontuários, jornais, poemas, legislações, anais de congressos, dentre tantos outros materiais meticulosamente garimpados dos arquivos da Biblioteca Nacional, da Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, Biblioteca do IBGE, Biblioteca da Academia Nacional de Medicina e dos Arquivos da Colônia Juliano Moreira. Lilia Lobo consegue neste livro realizar algo nada simples: ela cumpre com todo o rigor acadêmico que uma tese de doutorado exige, sem, contudo, perder a leveza que é própria de um trabalho apaixonado e apaixonante. Certamente foi preciso ter muita sensibilidade e paixão pra realizar este feito com tamanha maestria.

Lilia Ferreira Lobo, pedagoga e psicóloga, é professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Desde 1998 coordena o projeto intitulado "Devir Criança: pesquisa de fontes para uma genealogia da criança anormal no Brasil (1900-1940)", cujo objetivo é justamente a construção de um banco de dados que possa subsidiar novos estudos sobre a genealogia da figura da criança anormal no início do século XX.

Sobre a infância, aliás, embora não seja foco específico deste livro, ela perpassa todo o trabalho de pesquisa realizado, com especial ênfase à construção da figura da criança anormal que passou a compor definitivamente os discursos e as práticas médico-pedagógicas desde o início do século XX. Foi a partir da proposta de educabilidade do idiota com base na noção de desenvolvimento que a infância tornou-se objeto de apropriação pela psiquiatria e





foco de intervenção dela, sob o propósito preventivo, dada a potencialidade desta criança se tornar louca ou degenerada. Com a incorporação do discurso jurídico nasce ainda uma nova categoria ligada à infância: o menor, ou ainda o menor anormal, de quem a sociedade deveria ser protegida, face ao risco social que este representava.

A tarefa de se debruçar sobre a história absolutamente não significa -ao menos na perspectiva adotada pelo trabalho em tela- voltar-se ao estudo de algo que pertence somente ao passado e que o tempo talvez até trate de apagar de nossas memórias. O livro de Lilia Lobo, neste sentido, é completamente atual, visto que muitos dos problemas identificados em outros tempos, infelizmente, permanecem presentes até os dias de hoje. Ganharam outras roupagens, outros pontos de tensão e até mesmo outros sentidos, ou ainda a eles foram atribuídas novas tentativas de explicá-los ou justificá-los, é verdade, mas o fato é que continuam aí, acessíveis ao campo de visão de qualquer um que se propuser a olhar ao redor.

É deste modo que *Os infames da história* constitui-se em leitura obrigatória para todas as pessoas que de alguma forma se inquietam com a suposta naturalidade atribuída aos problemas que enfrentamos hoje no Brasil. É que essa normalização, na verdade historicamente construída, não raras vezes é o que justifica a desigualdade social a que parecem estar fadados todos aqueles cujos corpos apresentam as marcas de uma diferença. O corajoso trabalho do Lilia Lobo sem dúvida oferece importantes ferramentas de desconstrução dos discursos dominantes que estão a serviço da manutenção dessa lógica vigente.